

revista, atualizada e ampliada.
2ª
EDIÇÃO

Amanda Guimarães da Cunha
Luiz Magno Pinto Bastos Júnior

Direito Eleitoral Sancionador

O dever de imparcialidade da autoridade judicial

| *Inclui matriz de garantias do devido
processo aplicável ao direito sancionador*

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2024

Sumário

Prefácio à 2ª edição.....	XIII
Prefácio à 1ª edição.....	XV
Apresentação à 2ª edição.....	XIX
Introdução.....	1
1 Fundamentos do Dever de Controle de Convencionalidade e a Interpretação Constitucional conforme os Direitos Humanos.....	9
1.1. O Sistema Interamericano de Direitos Humanos e o Status Jurídico conferido à Convenção Americana no Ordenamento Brasileiro	11
1.1.1. <i>As Obrigações decorrentes da adesão ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos</i>	19
1.1.2. <i>Os efeitos das decisões da Corte Interamericana sobre os Estados: Res Interpretata e Res Judicata</i>	23
1.2. O Controle de Convencionalidade.....	33
1.2.1. <i>A técnica de interpretação constitucional conforme os direitos humanos</i>	44
1.2.2. <i>O princípio interpretativo pro persona como critério solucionador de antinomias</i>	52
2. Direito Eleitoral Sancionador e o Poder Instrutório da Autoridade Eleitoral.....	63
2.1. Reflexões sobre os Ilícitos Eleitorais “não-criminais” e o Contencioso Eleitoral	65
2.2. O que é Direito Sancionador.....	82
2.3. Natureza Jurídica Sancionatória dos Ilícitos Eleitorais “não-criminais”	95
2.4. Direito Eleitoral Sancionador: a individualização do ramo perante as esferas cível, penal e administrativa.....	112

2.5. Premissas Teóricas para a Construção de um Regime Processual aplicável aos Ilícitos Eleitorais compatível com sua Característica Sancionatória	119
2.6. Meios de Apuração dos Ilícitos Eleitorais de Natureza Sancionatória no Direito Brasileiro e o Poder Instrutório da Autoridade Judicial Eleitoral.....	132
3 A Garantia Convencional do Devido Processo e a Interpretação do art. 23 da Lei de Inelegibilidades conforme os Direitos Humanos.....	143
3.1 A Garantia Convencional do Devido Processo Legal: aplicabilidade das regras definidas no art. 8º da Convenção ao Direito Sancionador	144
3.2 Matriz de Garantias do Devido Processo Constitucional-Convencional aplicável ao Direito Eleitoral Sancionador	173
3.3 Os Fundamentos do Supremo Tribunal Federal para afirmação da Constitucionalidade do art. 23 da Lei de Inelegibilidades na ADI 1.082	183
3.4 O Papel da Autoridade Judicial no Direito Eleitoral Sancionador e a Garantia Convencional da Imparcialidade	192
3.5 A Garantia de Imparcialidade para Julgamento	193
3.6 Proposta de (re) leitura do art. 23 da Lei de Inelegibilidades, em face da Preservação dos Direitos Humanos	209
Considerações Finais.....	213
Referências bibliográficas	219